



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA LÓGICA DO MODELO GERENCIAL PROPOSTO NO PLANO DIRETOR DE REFORMA DO ESTADO: ALGUNS ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

PATRICA LIMA DO NASCIMENTO ¹

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo apreender o exercício profissional dos assistentes sociais no contexto da crise do capital, vigente desde a década de 1970, que implementa medidas de reestruturação produtiva e na administração pública brasileira, o modelo de gestão “gerencial”, previsto no Plano de Reforma do Aparelho do Estado, desde 1995.

Palavras chaves: Serviço Social. Crise do capital. Gerencialismo. Política Social.

ABSTRACT:

This work aims to understand the professional practice of social workers in the context of the capital crisis, in force since the 1970s, which implements measures of productive restructuring and in Brazilian public administration, the “managerial” management model, provided for in Reform Plan for the State Apparatus, since 1995.

Keywords: Social Work. Capital crisis. Managerialism. Social Policy.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1. INTRODUÇÃO

As reconfigurações no âmbito do trabalho que passaram a vigorar a partir da crise contemporânea do capital, em curso desde a década de 1970, têm como objetivo a implementação da reestruturação produtiva, regida pelo ideário neoliberal, que conseqüentemente traz repercussões para toda a classe trabalhadora, incluindo os assistentes sociais, pois esses profissionais também precisam vender a sua força de trabalho em troca de um salário para suprirem suas necessidades sociais. Por outro lado, a crise do capital é difundida estrategicamente como a crise do Estado, logo seria necessário cortes na área social com políticas públicas e redução no número de recursos humanos e medidas de flexibilização na contratação de pessoal no âmbito da administração pública brasileira, conforme Plano Diretor de Reforma do Estado em vigor desde 1995, pois são tidos como os causadores do agravamento da crise fiscal do Estado. Em relação às políticas sociais públicas, principal recurso nas respostas às demandas da população nas instituições estatais, observa-se nesse contexto uma forte “tendência de deslocamento das ações governamentais públicas de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 189).

As requisições da atual divisão social e técnica do trabalho vêm exigindo dos profissionais o desempenho de inúmeras tarefas, sem considerar as especificidades de cada profissão. O assistente social não está imune a essas exigências, provenientes das novas formas de gerir e organizar o trabalho no auge da reestruturação produtiva. A relativa autonomia profissional no que tange às competências profissionais e atribuições privativas, prevista nos artigos 4º e 5º da Lei de regulamentação da profissão, encontra limites para responder às demandas dos usuários, sem enquadrá-las dentro das normativas previstas nos dispositivos legais que regulamentam determinada política e programa social.

Isto porque a reestruturação produtiva tende a diluir e atenuar as linhas divisórias clássicas entre as competências e atribuições privativas, estimulando o trabalho inter e multiprofissional, vinculado a projetos, em que a autonomia extrapola as questões interpessoais, para redefinir as competências e tarefas de uma profissão em relação a outra (SIMÕES, 2009, p. 412).

A padronização de ações normatizadas se mostra como estratégia viável para o rompimento de competências e atribuições privativas, ampliando as possibilidades de realização



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do trabalho por profissionais de diversas áreas de formação. Desse modo, é importante mencionar que as reconfigurações no âmbito do trabalho dos assistentes sociais que atuam nas instituições públicas no Brasil são atravessadas pelo padrão de gestão “gerencial” em curso na administração pública brasileira. Desde meados da década de 1990¹, é parte intrínseca da normativa neoliberal em escala mundial, para inserir na gestão do Estado mecanismos de controle gerencial na execução do trabalho realizado pelos agentes públicos e dos serviços ofertados, assim como ocorre em empresas privadas. Para Dardot e Laval (2016), o Estado toma emprestado a forma de gestão das empresas. Sendo assim,

Da mesma forma que os gerentes das empresas foram postos sob a vigilância dos acionistas no âmbito da corporate governance predominantemente financeira, os dirigentes dos Estados foram colocados pelas mesmas razões sob o controle da comunidade financeira internacional, de organismos de expertise e de agências de classificação de riscos. A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284).

O modelo de gestão “gerencial” para a administração pública é apresentado no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado como a dimensão cultural e de gestão que deverá conduzir os processos na administração pública, porém só será possível sua materialização se, “ao mesmo tempo em que se aprovam as mudanças legais”, também vá se criando mecanismos para mudar a “cultura administrativa do país”. Nesse sentido, é difundido que a mudança para uma cultura gerencial acarretará em uma mudança qualitativa para todos (BRASIL, 1995, p. 66).

a ideologia do *gerencialismo* é a contraface da modernização conservadora no campo das políticas sociais, impulsionada pelo incremento de modelos específicos de gestão do trabalho e da informação, em que a *reificação tecnicista* passa ser o critério de qualidade, situação propícia para a emergência da alienação dos sujeitos que não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais em que se inserem os conteúdos e os efeitos do seu próprio trabalho (RAICEHELIS, 2018, p. 57, grifos da autora).

Nesta concepção, o resultado do trabalho a ser desenvolvido na administração pública gerencial deve ser pautado em critérios metodológicos mensuráveis, para posterior cobrança do que foi determinado. Nos programas de assistência estudantil ofertados por instituições federais de ensino superior, por exemplo as expressões da “questão social” vivenciadas pelos estudantes

¹ Conforme consta no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995, a administração pública gerencial rege-se pelas seguintes estratégias: (I) definição exata do que cada administrador deverá alcançar na sua unidade de lotação; (II) autonomia para o administrador gerir os recursos humanos, financeiros e materiais colocados à sua disposição para atingir metas previamente planejadas e (III) implementação de mecanismo de cobrança ou controle dos resultado (BRASIL, 1995, p. 22).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e seus grupos familiares devem ser transformadas em algo exato, validados por sistemas de pontuação e classificação, passível de verificação de seu cumprimento, conforme previsto em normativas e dispositivos legais que regulamentam o acesso a políticas e programas sociais na esfera pública. O controle do resultado do trabalho executado, no modelo gerencial, deve ser extremamente severo. “A administração pública gerencial enfatiza os resultados porque pressupõe que será capaz de punir os que falharem ou prevaricarem” (BRASIL, 1995, p. 67).

Assim sendo, Justifica-se a relevância do referido trabalho o processo de reflexão teórica que contribuirá para ampliar o debate sobre as repercussões, desafios e impasse para o trabalho dos assistentes sociais na administração pública gerencial brasileira, sobretudo quando inseridos em instituições públicas que conciliam política de caráter universal e programas de cunho seletivo e focalizado em que há a exigência de seleção e classificação de usuários dentro de um perfil de renda *per capita* previamente comprovada, para acesso às modalidades de auxílios financeiros e não financeiros, como ocorrem na assistência estudantil e também na política de assistência social, pela transferências de recursos monetários provenientes do Programa Bolsa Família. A seletividade a que nos referimos não é aquela direcionada para atender e desenvolver atividades para determinado grupos de pessoas com particularidades específicas, mas para a seleção de acesso às políticas públicas com determinado perfil de renda, principalmente dos mais pobres dos pobres.

A teoria social crítica que orienta o desenvolvimento deste artigo, está centrada na tradição marxista, por sua capacidade de análise da sociedade capitalista e das relações sociais contraditórias, dinamizadas para desenvolvê-la, bem como pela possibilidade de reconstruir as múltiplas e intrincadas determinações e mediações que compõem o nosso objeto de estudo.

2. BREVES PARTICULARIDADES DA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A REQUISIÇÃO PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MAIS POBRES

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, no governo do Presidente Getúlio Vargas, no entanto a institucionalização da profissão só ocorre na década seguinte. A institucionalização das políticas sociais no Brasil, na década de 1940, fornece as bases legais para o exercício profissional do assistente social e para o ensino da profissão. Somente em 1960, com o Movimento de Reconceituação, abre-se a possibilidade para a criação da identidade crítica

da profissão que, até então, não questionava a ordem social instituída nem o conservadorismo presente nas ações profissionais.

Nas décadas de 1970 e 1980, continua o engajamento político de uma parte da categoria dos assistentes sociais no processo de redemocratização do país, ao mesmo tempo que, em conjunto com suas instâncias representativas, mantêm-se organizados para criar o que passou a se denominar Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual se constitui numa tentativa de romper não só com a imagem conservadora, mas com posturas acríticas e submissas à ordem vigente, ainda presentes nas ações profissionais. Na década de 1980, o Serviço Social é considerado por Iamamoto (2007) como uma especialidade do trabalho coletivo, sendo ressignificado socialmente e pensado como participe de um processo de trabalho.

Avançando para a década de 1990, assinalamos a entrada do ideário neoliberal no Brasil, que traz exigências e desafios para o exercício profissional. As transformações em curso no âmbito do trabalho têm implicado alterações na divisão social e técnica do trabalho, priorizando um trabalhador com múltiplas competências. Sendo assim, as requisições institucionais para o assistente social também se alteram, exigindo um “profissional propositivo”, capaz de criar estratégias e responder com conhecimento teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo às demandas que se apresentam no cotidiano profissional (IAMAMOTO, 2007). Ressaltamos que, no cenário atual de reestruturação produtiva, avanço do conservadorismo essa propositividade profissional também pode ser usada para atender a interesses meramente institucionais, que se distanciam do compromisso firmado com os usuários, expresso no Código de Ética Profissional do assistente social.

Segundo Iamamoto (2011), os profissionais de Serviço Social ao serem inseridos na divisão social e técnica do trabalho, são chamados para atuar como o “profissional de frente”, na relação entre o usuário e a instituição e, conseqüentemente, entre os serviços prestados e a dinamização deles aos interessados, que passam por um processo de “triagem” ou “seleção socioeconômica” e “visitas domiciliares”, combinando práticas de coerção e consenso, com vistas ao policiamento da vida privada da população usuária e o seu enquadramento dentro de um perfil pré-exigido por um aparato administrativo burocrático-institucional. A mesma autora salienta que esse profissional era solicitado muito mais pelo exercício de suas funções de cunho moralizante, educativas e disciplinadoras do que propriamente pela sua especialização técnica.

Ainda hoje, dado o caráter seletivo e focalizado dos programas sociais vinculados às políticas universais como educação e assistência social, os assistentes sociais continuam sendo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

requisitados para atuarem em processos de seleção socioeconômica para validação dos elegíveis dentro de critérios determinados em dispositivos legais que regulamentam essas políticas sociais e seus programas de transferência de recursos monetários. Segundo Iamamoto (2013), na trajetória sócio-histórica do trabalho profissional, o assistente social é contratado para selecionar, dentre aqueles que procuram os serviços institucionais, “os mais necessitados” para atendimento. O instrumento utilizado para essa seleção é a “pesquisa econômico-social”, que, “monopolizada” por esses profissionais, passa a ser a principal atividade realizada pelos assistentes sociais. Para Netto (2011), o atendimento da necessidade da população por instituições específicas era mediante a requisição de seleção e triagem que “validasse” a solicitação do atendimento.

Os “estudos socioeconômicos” constituem uma das competências profissionais do assistente social, conforme prevê o inciso XI do art. 4º da Lei de Regulamentação nº 8662, de 1993, e tem como finalidade o conhecimento e estudo da realidade dos usuários “para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (CFESS, 2012, p. 44). Assim sendo,

Abordar o tema – **estudos socioeconômicos** – no âmbito do Serviço Social remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações (MIOTO, 2009, p. 482).

De acordo com Miotto (2009), os “estudos socioeconômicos” estiveram presentes no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais ao longo de sua trajetória, principalmente no âmbito das políticas sociais. No entanto, o significado e direcionamento na realização dos referidos estudos sofreram alterações no decorrer da trajetória sócio-histórica da profissão, provenientes das transformações societárias e dos desafios impostos pela realidade social, sempre em movimento.

O direcionamento ético das ações profissionais também sofre os vetores internos e externos que estruturam a sociedade, repercutindo nas requisições implícitas a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Nesse sentido, podem ser trazidas para o presente particularidades da “ética conservadora” inerentes à sociedade burguesa, principalmente no enfrentamento às múltiplas expressões da “questão social”, que atualiza velhas práticas de enquadramento dos usuários às regras institucionais, conhecimento de sua realidade para fiscalizar e pontuar o nível de pobreza, entre outras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Iamamoto (2019) salienta que uma das respostas institucionais à “questão social” na atualidade se refere à defesa de medidas individuais, em que as “famílias” da classe trabalhadora que enfrentam dificuldades de todos os tipos devem ser responsáveis pela elevação do seu padrão de vida. No acesso às políticas públicas, principalmente às que possuem programas de transferência de recursos monetários, devem se adequar às condicionalidades previstas nos dispositivos legais que as regulamentam. Logo,

Assistentes sociais são chamados a exercer a fiscalização das famílias, á priori infantilizadas e criminalizadas no cumprimento dessas condicionalidades: a exercer ‘vigilância social’ ou o ‘policiamento social’ dos pobres, evitando ‘artimanhas no uso dos recursos públicos’, demanda persistente desde os primórdios da profissão (IAMAMOTO, 2019, p. 51).

No momento presente, os mecanismos de controle do trabalho provenientes do “gerencialismo”, como forma de gestão na administração pública brasileira, pautam o resultado do trabalho em normativas capazes de introduzir critérios mensuráveis do que está sendo requisitado. Essa lógica repercute no trabalho de profissionais com vínculo de trabalho estável e não estável, à medida que a padronização na execução dos critérios, por exemplo para acesso da população aos programas sociais da política de assistência social e programas de assistência estudantil, vincula dos à política de educação. A metodologia do fazer é voltada somente para atingir determinado resultado, sem exigir direcionamento ético-político, teórico-metodológico na condução do instrumental técnico.

De acordo com o Plano de Reforma do Aparelho do Estado de 1995, a administração pública gerencial emerge na segunda metade do século XX, em resposta à duas situações, por um lado “à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e a globalização da economia mundial”, pondo em evidência problemas relacionados à administração pública burocrática (BRASIL, 1995, p. 21). Porém a transição do modelo burocrático para o gerencial não ocorre em sua totalidade, pois preserva particularidades da anterior. Nesse sentido, a administração pública gerencial,

constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário. A administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. **A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de se basear nos processos para se concentrar nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública,** que continua um princípio fundamental (BRASIL, 1995, p. 21 – 22 – grifos nosso).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Observa-se uma forte tendência à processos de flexibilização das competências e atribuições privativas adquiridas na formação profissional em pró do redimensionamento de funções das equipes multiprofissionais, para responder demandas de todo tipo requisitadas institucionalmente, logo são partes das problematizações e reflexões que serão abordadas no decorrer do próximo tópico.

2. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO INTERESSE DAS REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS: A PADRONIZAÇÃO DO TRABALHO CONFORME NORMATIVAS DAS POLITICAS SOCIAIS E RELATIVA AUTONOMIA

O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995 se configura como o documento que propõe medidas de contrarreforma no âmbito da administração pública brasileira e incide na flexibilização das formas de contratação de pessoal, redução de gastos com políticas sociais e direitos sociais para servidores, além dos trabalhadores, pensionistas e beneficiários vinculados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. No campo das políticas sociais, as respostas às expressões da “questão social” ficam limitadas a ações residuais do Estado, incentivo ao individualismo e a solidariedade de todos. Para os assistentes sociais, há uma propensão de limitação da relativa autonomia a normativas e dispositivos legais que regulamentam políticas universais e seus programas de caráter seletivo e focalizado, com critérios metodológicos padronizados que possam ser desempenhados também por outros profissionais da equipe multidisciplinar.

O assistente social é um profissional que se insere em variados processos de trabalho coletivo, que não são determinados por ele, nem exclusivo dele. Geralmente, é contratado na condição de trabalhador assalariado para compor uma equipe multiprofissional com a finalidade de atender aos objetivos da instituição empregadora em relação às demandas do seu público-alvo, dispondo, assim, de relativa autonomia na condução do seu trabalho. A abordagem sobre a relativa autonomia profissional é necessária para reconhecer limites, mas também para potencializar ações possíveis e favoráveis à permanência estudantil.

O aspecto ‘técnico’ e ‘tático’ da nova gestão pública permitiu ocultar o fato de que o essencial era introduzir as disciplinas e as categorias do setor privado, intensificar o controle político em todo o setor público, reduzir tanto quanto possível o orçamento, suprimir o maior número possível de agentes públicos, reduzir a autonomia profissional de algumas profissões (médicos, professores, psicólogos, [assistentes sociageis] etc.) e enfraquecer os sindicatos do setor público – em resumo, fazer na prática a reestruturação neoliberal do Estado (DARDOT;LAVAL, 2016, p. 284).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Raichelis (2018) sinaliza o tensionamento da relativa autonomia do trabalho profissional na implementação de políticas sociais, com propensão ao crescimento da “rotinização de atividades que combinam o fortalecimento de mecanismos de controle do trabalho com a adoção de uma base técnica e voltada para a padronização dos processos interventivos” (RAICHELIS, 2018, p. 58-59). Guerra (2017), destaca a tendência do trabalho profissional na “execução terminal de políticas sociais”, atravessado pelo padrão atual dessas políticas, cada vez mais fragmentadas, segmentadas e reduzidas à razão instrumental, por conseguinte exige pouca “qualificação” nas respostas às demandas da população, além da forte inclinação de restringir a dimensão técnico-operativa da profissão ao cumprimento de normativas que regulamentam objetivos das instituições empregadoras no acesso a bens e serviços ofertados pelas mesmas.

O cotidiano² de trabalho e as múltiplas expressões da “questão social” apresentadas como demandas dos usuários exigem hierarquia como condição para escolher o que é prioritário no desenvolvimento do trabalho institucional. Porém, quando a prioridade é organizada pela instituição empregadora, cabe ao assistente social escolher a finalidade no direcionamento das respostas profissionais, que não se esgotam nas requisições institucionais e que exigem o uso do instrumental técnico, articulado à dimensão ético-política e teórico-metodológico que norteiam a profissão de Serviço Social.

o cotidiano profissional se realiza pela inserção do assistente social na execução terminal das políticas sociais, cujo formato limita ou potencializa a sua ação profissional. Neste sentido, **o padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista, que fragmenta, segmenta e setoriza as necessidades e categorias sociais, predispõe um tipo de intervenção: pontual, focalizada, imediata, burocrática, miméticas, repetitiva, pragmática e eminentemente instrumental**, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, condicionando o exercício profissional às características e dinâmica do cotidiano e se limitando a ele. Além disso, [...], acrescida da insuficiência de recursos, do corte nos orçamentos das políticas sociais, da redução da ação do Estado na implementação das mesmas, da descontinuidade e constante mudança nas diretrizes políticas (porque ficam à mercê das flutuações e interesses da política econômica ou do que está em conformidade com a acumulação/valorização do capital), enseja os procedimentos mais adequados ao modo de ser do cotidiano. [...], **a dimensão técnico-operativa tende a se restringir ao simples cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais, papéis já estabelecidos, respostas pré-concebidas no âmbito da política social estatal** (GUERRA, 2017, p. 59, grifos nossos).

A seletividade presente nos programas de assistência estudantil, vinculada à política de educação superior, por exemplo é parte das estratégias neoliberais aglutinadas pelo Estado e

² A vida cotidiana é a esfera do real cuja continuidade está presente em todo o tempo de existência dos indivíduos. Todos os homens a vivem “sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico” (HELLER, 2008, p. 31).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

impostas às políticas sociais, sobretudo aquelas que movimentam a disponibilização de recursos financeiros dos cofres públicos e, conseqüentemente, podem requisitar um perfil profissional “executor-operacional” cada vez mais limitado a seguir uma cartilha metodológica na realização da atividade de avaliação socioeconômica, repercutindo nas possibilidades de o profissional de Serviço Social materializar sua relativa autonomia nas respostas às demandas estudantis, sob o risco de ter o seu trabalho questionado pelos órgãos auditores e, por conseguinte, ter de responder por descumprimento a tais legislações na ocorrência de auditoria institucional.

Os instrumentos de trabalho sem um direcionamento ético-político atende a qualquer finalidade, sem a menor criticidade. Nesse sentido, a instrumentalidade é a capacidade de imprimir objetividade ao que se intenciona como resultado da intervenção profissional. Por assim dizer, é por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais

modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações (GUERRA, 2000, p. 2).

Por isso, afirmamos o exercício dessa instrumentalidade diariamente no trabalho profissional para não cairmos na armadilha do mecanicismo que nos impossibilita a reflexão sobre o trabalho realizado e de encontrar, no próprio cotidiano, respostas aos nossos questionamentos e o reconhecimento de limites, mas também de ações possíveis que contribuam para o acesso dos usuários a bens e serviços ofertados pelas diversas políticas e programas sociais. O processo contínuo de capacitação e a qualificação profissional também são de extrema importância para romper com o pragmatismo existente no cotidiano profissional.

A dimensão técnico-operativa se revela no “fazer” profissional, mediante o compromisso ético-político na escolha de um conjunto de instrumentos para responder a necessidades sociais da classe trabalhadora. Para tanto, é preciso que esteja articulada à teoria social crítica na apreensão da realidade, para formular respostas que de imediato possam assegurar o acesso da população à bens e serviços provenientes das políticas sociais, o que significa caminhar paulatinamente na materialização dos princípios do atual projeto ético-político crítico da profissão, consubstanciado no Código de ética do assistente social de 1993, na Lei nº 8662 de 1993 que Regulamentação de profissão e nas Diretrizes curriculares para a formação profissional de 1996. Nesse sentido, destaca-se, o

[...] compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa (NETTO, 2008, p. 155).

A utilização dos instrumentos e técnicas de maneira inadequada, por exemplo, com caráter higienista, discriminatório e policalesco, pode retardar ou até mesmo retirar a possibilidade dos usuários do acesso aos direitos sociais. Entendemos que cada estudo social, relatório e parecer social realizado pelo assistente social contém histórias, situações de vida que chegam até os profissionais para intervenção naquela realidade. Por isso, é importante que todo profissional fique atento aos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicos operativos, eliminando todas as formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, conforme expresso nos princípios do atual código de ética profissional e, por conseguinte, nas diretrizes do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

4. RESULTADOS

A reflexão teórica tecida até aqui é fruto da experiência desta autora em um Programa de Assistência estudantil, vinculado à política de educação superior de uma Instituição federal de ensino, bem como dos estudos realizados no processo de doutoramento em Serviço Social, ainda em andamento. Nesse sentido, percebemos algumas tendências em relação à requisição institucional de padronização do trabalho, conforme normativas que norteiam o referido programa de atendimento à demandas estudantis, provenientes do modelo gerencial vigente na administração pública

- Avaliação socioeconômica como operação de crédito, em caso de constatação de erro pelos fiscais dos órgãos auditores, o assistente social deverá ressarcir os cofres públicos;
- Padronização de processos interventivos, pautados em fórmulas e mensuração de variáveis que possibilite sua realização por profissionais de formações diversas, além do controle do resultado do trabalho;
- Tendência à flexibilização das competências de outros profissionais que compõem a equipe multidisciplinar na realização da atividade de avaliação socioeconômica, pois é uma das condicionalidades para acesso às modalidades de auxílios financeiras e não financeiras ofertada pelo programa de assistência estudantil;

Constata-se também que a atividade de avaliação socioeconômica é requerida com finalidades práticas, para o alcance de um resultado imediato, pautado na análise de documentos e renda. Nesse sentido, não é uma exigência ter competência profissional e nem profissionais de formação específica, haja vista a redução de sua realização ao cumprimento do exposto em normativas previstas em editais internos e em outros dispositivos legais que abrangem a assistência estudantil, tais como o Decreto nº 7234 de 2010 que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de reestruturação produtiva, o reduzido número de profissionais, e contraditoriamente o elevado quantitativo de usuários que passam requerer acesso aos serviços e benefícios das políticas e programas sociais, abre precedentes para medidas flexibilizadas da gestão, conforme concepção da administração pública gerencial, haja vista a requisição institucional de redirecionamento das funções da equipe multidisciplinar, que centram o fazer profissional no cumprimento de resultados práticos do trabalho, conforme padronização prevista em dispositivos legais. Nesse sentido, a praticidade e a execução imediata do trabalho, importam mais que as competências adquiridas no processo de formação profissional.

O processo de qualificação profissional dos assistentes sociais deve ocorrer de forma contínua, com vistas ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012, p. 24). É direito das(os) assistentes sociais “aprimoramento profissional de forma contínua” (CFESS, 2012, Art. 2, alínea f, p. 26) que acompanhe o movimento da realidade e seja capaz de contribuir na sua transformação. A teoria social crítica apreendida na formação profissional nos seus diversos níveis deve se desdobrar em ação prática que intervenha nas demandas imediatas do cotidiano, vislumbrando a superação da raiz causal da “questão social” e, conseqüentemente da sociedade capitalista.

O planejamento de tempo para a sistematização de dados sobre os estudantes é de suma importância, pois os assistentes sociais produzem muitos dados sobre os demandantes das ações profissionais. Cabe salientar, a necessidade de elaboração do projeto de trabalho que apresente o registro de objetivos e finalidades do trabalho profissional a serem alcançados, porém sem perder de vista a realidade das condições concretas que podem repercutir na materialização desses objetivos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O capitalismo preconiza que o trabalho na atualidade seja realizado com mínimas, ou nenhuma barreira proveniente de competência profissional, ou atribuições privativas referentes a cada profissão. Isso favorece que as requisições institucionais sejam cumpridas sem nenhuma restrição e que não se crie a dependência em relação a determinados profissionais específicos, podendo, em algumas profissões, um substituir o outro. Assim sendo, o trabalho dos assistentes sociais, de modo semelhante ao que ocorre com a classe trabalhadora, também é afetado pelos “dilemas da alienação e do estranhamento, cujas particularidades precisam ser pesquisadas e analisadas nas situações e relações sociais concretas” em que esses profissionais se inserem (RAICHELIS, 2018, p. 59).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº 8662 de 1993 de regulamentação da profissão.** 10ª edição, revista e atualizada. Brasília, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social.** In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social** – módulo 4. Brasília: CEAD, 2000. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/unid-1-unidade-i-servico-social-instrumentalidade-e-a-relacao-entre-teoria-e-pratica/texto-2-guerra-yolanda-instrumentalidade-no-trabalho-do-assistente-social-in-capacitacao-em-servico-social-e-politica-socia/view>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Conselho Federal de Serviço Social** – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital**. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Maria Villela. *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. – São Paulo: Cortez, 2019, p. 34 – 61.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Estudos socioeconômicos**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-496.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço social**. In: *Serviço Social e saúde: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2008b.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, Raquel. *Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo*. In: **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-65.

SIMÕES, Carlos. **Na Ilha de Robinson: a autonomia profissional no liberalismo**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 99, 2009.